

SINDSEMP

Sindicato dos Trabalhadores Efetivos
do Ministério Público de Sergipe

PROTOCOLO			
PROT. Nº	Nº	DATA	HORA
209	3196	11.4.16	10:30
ASSUNTO			
[assinatura]			
FL/ANEXO	ASSINATURA	MATRICULA	
	[assinatura]		

Ofício nº 02/2016

Aracaju/SE, 11 de abril de 2016.

À Sua Excelência o Senhor
Doutor José Rony Silva Almeida
Procurador-Geral de Justiça

Assunto: Posicionamentos dos servidores definidos na Assembleia Geral

Senhor Procurador-Geral de Justiça,

Na tarde do dia 08/04/2016, os servidores desse Ministério Público reuniram-se em Assembleia Geral com o propósito de avaliar o projeto de recomposição salarial apresentado por Vossa Excelência, bem como definir nova pauta de reivindicações. Nesse debate coletivo, os servidores definiram os seguintes posicionamentos:

1) Esta categoria avalia como positivo o reajuste no percentual de 6,5%, considerando o cenário atual, bem como entende como razoável o congelamento dos valores dos vencimento dos cargos em comissão, medida esta aprovada pelo Colégio de Procuradores pela primeira vez, e que se fez necessária tanto para resguardar a saúde financeira do órgão, quanto para dar um primeiro passo na diminuição das distorções salariais que se acumulam e prejudicam os servidores efetivos.

2) Entretanto, considerando que a inflação acumulada em 2015 atingiu o percentual de 11,28%, bem como que o retroativo da correção foi aprovado apenas até fevereiro/2016, à revelia do que dispõe a Resolução nº 53/2010, do CNMP, que garante aos servidores o reajuste geral e anual em valor mínimo igual ao índice da inflação do ano anterior, os servidores requerem que, nos próximos três meses – conforme sinalizado por V. Ex.^a para visualizar o desenvolvimento da receita – seja promovida a recomposição das perdas salariais ainda restantes no

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

SINDSEMP

Sindicato dos Trabalhadores Efetivos
do Ministério Público de Sergipe

vencimento, bem como que os efeitos do reajuste sejam aplicados retroativamente ao mês de janeiro/2016.

3) Em relação aos auxílios saúde e alimentação, os servidores avaliam que os reajustes foram medidas positivas para categoria, já que tais verbas não devem ter tratamento diferenciado em relação a membros e a servidores.

Quanto às demais reivindicações da categoria, a comissão de estudos instituída pela Administração foi frutífera no sentido de que possibilitou a análise técnica dos pleitos mais urgentes dos servidores, concluindo pela viabilidades deles.

Tendo em vista, entretanto, que as medidas estudadas na comissão supra mencionada ainda não foram implementadas, esta categoria apresenta a Vossa Excelência a nova pauta de reivindicações aprovada pela Assembleia Geral do SINDSEMP-SE e, em tempo, requer a implementação das ações nos termos abaixo descritos.

4.1) Reivindicações Pendentes:

- a) Incorporação da GEO I ao vencimento base, conforme estudo de viabilidade apresentado na Comissão instaurada pela Portaria nº 2924/2015, no percentual de 92% da referida gratificação;
- b) Transparência e adoção de critérios objetivos nas relotações dos servidores, conforme minuta encaminhada pela Comissão instaurada pela Portaria nº 2924/2015;
- c) Implantação do banco de horas, conforme viabilidade demonstrada pela comissão instaurada pela Portaria nº 2924/2015;
- d) Isonomia da GI para técnicos e analistas, por meio da transformação da gratificação em despesa de custeio (auxílio), com aplicação do reajuste de 6,5% sobre os valores apresentados pela comissão, uma vez que a tabela de valores apresentada foi elaborada antes da concessão do reajuste salarial aprovado pelo Colégio de Procuradores em fevereiro de 2016 e, portanto, levou em consideração a GI aplicada sobre o salário defasado, vigente no ano de 2015;
- e) Revogação da Portaria nº 2813/14, que restringiu os 08 (oito) abonos anuais, em contrariedade à Lei Estadual 2.148 (art. 51, XII);



SINDSEMP

Sindicato dos Trabalhadores Efetivos
do Ministério Público de Sergipe

f) Flexibilização na escolha do início das férias dos servidores do MPSE;

4.2) Novas Reivindicações

a) convocação imediata de novos servidores efetivos, a partir da exoneração de cargos em comissão e requisitados em situação ilegal no órgão, considerando a efetiva e urgente necessidade de técnicos e analistas em diversas Promotorias de Justiça.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos cordiais cumprimentos.

Atenciosamente,



DENNIS CHRISTIAN N. DE FREITAS
COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS



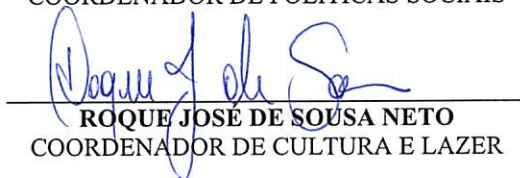
CAYO RUBENS CASTILHANO SANTOS
COORDENADOR SECRETÁRIO-GERAL



IGOR PEREIRA TELES
COORDENADOR DE FORMAÇÃO SINDICAL



GUSTAVO MENDONÇA RODRIGUES
COORDENADOR DE POLÍTICAS SOCIAIS



ROQUE JOSÉ DE SOUSA NETO
COORDENADOR DE CULTURA E LAZER